



**ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Neno Razuk e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Registramos a ausência do deputado Renato Câmara, que está cumprindo agenda parlamentar em Brasília, no Dnit e no Incra, conforme a CI nº 0174/2025.

PEQUENO EXPEDIENTE.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Octogésima Sétima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Três da Octogésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 3.490/2025, da Presidência da República; Ofício nº 1.790/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Despacho da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Junior Mochi, Zeca do PT, Gleice Jane, Zé Teixeira e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Gerson Claro, Paulo Duarte, Marcio Fernandes, Caravina, Lucas de Lima, Renato Câmara e João Henrique. Por conta da ausência de energia elétrica e da não previsão de sua volta informada pela concessionária de energia elétrica, o presidente declarou encerrada a Sessão Ordinária. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco."* Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Neno Razuk que assuma a primeira-secretaria, momentaneamente, e proceda à leitura do expediente.



PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Neno Razuk - PL) — Bom dia! Expediente da Sessão Ordinária do dia 30 de setembro de 2025: Ofícios nºs 3.549 e 3.609/2025, da Presidência da República, respondendo às moções de congratulação dos deputados Pedro Kemp, Zeca do PT e Gleice Jane (Prot. nºs 3235, 3462/2025); Ofícios nºs 72.433 e 72.439/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi e Gleice Jane (Prot. nºs 2995, 3159/2025); Ofício nº 66/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 2865/2025); Ofício nº 92/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando aprovação, com ressalvas, da TC/PAC nº 161/2012 – Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Jateí (Prot. nº 3695/2025); Ofício nº 258.697/2025, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3262/2025); e-mails, do Transferegov.br, encaminhando notificações de alteração no Plano de Trabalho - Plano de Ação 09032025-79883 (Prot. nº 3724, 3732/2025); Ofício nº 0586/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Extinção Contratual (Prot. nº 3678/2025); Ofício nº 13.694/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, encaminhando o Relatório Detalhado do Segundo Quadrimestre de 2025 (Prot. nº 3733/2025); Ofício nº 1.939/2025, do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 3421/2025); carta, da Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 2910/2025); Cartas nºs 950, 952 e 2.124/2025, da Energisa/MS, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Marcio Fernandes e Jamilson Name (Prot. nºs 3056, 3126, 3304/2025); carta, do Coletivo de Mulheres Indígenas, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3166/2025). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a inclusão da cobertura da quadra de esportes no projeto de reforma, que está em andamento, da Escola Estadual Doutor Joaquim Murtinho, no município de Bela Vista. Justificativa: a quadra de esportes é um espaço amplamente utilizado pelos alunos em atividades escolares e de integração. Contudo, a falta de cobertura limita o uso do local, principalmente em dias de sol intenso e de chuva. A inclusão da cobertura no projeto de reforma garantirá melhores condições para a prática esportiva, mais segurança e conforto aos estudantes, além de ampliar as possibilidades de utilização do espaço pela comunidade escolar. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, solicitando estudos urgentes no sentido de restabelecer o Projeto MS Saúde - Mais Saúde, Menos Fila, que visa reduzir o tempo de espera por consultas, exames e cirurgias no sistema público de saúde,

no município de Coxim. Justificativa: esta é uma reivindicação que recebi do vereador senhor Abílio Vaneli (PT), de Coxim. Ele alega que as cirurgias e os exames estão suspensos e que mais de sessenta pacientes esperam por procedimentos cirúrgicos que foram suspensos com a paralisação do programa. Este projeto representou um importante avanço na área da saúde pública de Mato Grosso do Sul, e sua interrupção traz dificuldades para os pacientes que necessitam de atendimento especializado, aumentando o tempo e a angústia daqueles que aguardam por procedimentos essenciais. Dessa forma, seu restabelecimento se faz necessário para garantir maior agilidade nos atendimentos, preservando a qualidade de vida dos cidadãos sul-mato-grossenses e contribuindo para a eficiência da gestão do sistema de saúde. Quero destacar aqui, senhor presidente, que eu tenho a cópia de um ofício do secretário de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, encaminhado a todos os hospitais e secretarias municipais de Saúde do estado. No ofício, datado de 12 de setembro, o secretário de Saúde comunica a suspensão temporária do Programa de Cirurgias Eletivas 2025 e o encerramento da vigência do programa referente ao exercício de 2024. É importante lembrar que Mato Grosso do Sul sempre teve fila, e ela aumentou muito no tempo da pandemia. Depois, houve a retomada das cirurgias eletivas. Sabemos que a cirurgia eletiva pode aguardar um tempo, não precisa ser feita de maneira emergencial. No entanto, ficar aguardando dois, três anos se torna um transtorno. E, muitas vezes, um problema simples acaba se agravando. Então, agora, o Estado suspendeu esse programa de cirurgias eletivas e de exames. Já tenho recebido reclamações. Recebi o caso de Coxim, que está com setenta pacientes na fila, aguardando pela cirurgia eletiva, por exames. E esses procedimentos serão suspensos. Nós estamos fazendo aqui um apelo ao secretário da pasta, para que o programa seja retomado. Nós sabemos que o Estado agora está enfrentando dificuldades financeiras, mas saúde é prioridade. Eu penso que é possível economizar cortando gastos em algumas áreas; porém, saúde é essencial. Não podemos permitir que a fila de pacientes aguardando por cirurgias e exames aumente cada vez mais. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago, primeiro, uma moção de aplauso. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade, por iniciativa do deputado Caravina, aplaude os peritos oficiais forenses papiloscopistas da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul: Anselmo Luiz, Paulo Lins, Orivaldo Gonçalves Mendonça Júnior e Gisélia Subtil, de Campo Grande, bem como Érika Ghery e Leandra Gomes, de Aquidauana, pelo trabalho desempenhado na identificação da vítima do acidente aéreo ocorrido em Aquidauana no dia 23 do corrente mês, mediante a aplicação precisa e eficiente da técnica de necropapiloscopia. A atuação desses profissionais demonstra elevada qualificação técnica, dedicação e compromisso com a verdade e com a dignidade dos familiares, proporcionando respostas rápidas e seguras em um momento marcado por dor e incerteza.



O reconhecimento público a esses servidores ressalta a relevância destes profissionais na elucidação de casos e na promoção da justiça, honrando dessa forma seu compromisso com a sociedade sul-mato-grossense." Senhor presidente, fiz questão de fazer esta moção de aplauso porque o trabalho realizado pelos nossos peritos oficiais papiloscopistas repercutiu no âmbito nacional, sendo destaque em matéria do Fantástico no domingo. A necropapiloscopia é um exame novo. Pelos métodos normais, os profissionais teriam levado mais tempo para identificar as vítimas. Inclusive, houve a divulgação errada de que o resultado teria sido por DNA, mas não foi. Muitas vezes, há uma confusão, pensam que o trabalho do perito papiloscopista se resume a promover a identificação civil. Não! Eles trabalham de forma eficiente nos locais onde ocorrem crimes. Esse mesmo foi um episódio que demonstrou a competência dos nossos peritos papiloscopistas oficiais, motivo pelo qual eles tiveram sua atuação oficializada por lei que tramitou nesta Casa, lei de iniciativa do Governo do Estado. Esses profissionais merecem todo reconhecimento. Os peritos papiloscopistas oficiais mostraram, mais uma vez, que seu trabalho, feito com eficiência, elucida crimes e resolve situações como essa, aliviando a ansiedade e a tristeza da família, que aguardava a identificação do seu ente querido, envolvido no acidente que repercutiu no âmbito nacional. Trago, também, uma moção de pesar. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos de Wedney Rodolpho de Oliveira, perito criminal e professor universitário, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 26 do corrente mês, aos cinquenta e um anos de idade. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida da seguinte forma. "a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento de Wedney Rodolfo de Oliveira, respeitado perito criminal e professor universitário. Wedney dedicou vinte e três anos de sua vida à Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, atuando como perito criminal. Paralelamente, exerceu com brilhantismo a docência, ministrando as disciplinas de Direito Penal e Medicina Legal na Universidade Católica Dom Bosco, onde marcou gerações de estudantes. Mesmo enfrentando uma árdua batalha contra o câncer, não se afastou de suas funções, permanecendo em sala de aula e no exercício de sua profissão, demonstrando coragem, dedicação e amor à sua missão de vida. Neste momento de luto, o Parlamento sul-mato-grossense presta solidariedade aos familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e sociedade de modo geral, que se veem enlutados pela perda de um exemplo de compromisso, ética e perseverança. Que Deus conforte os corações e que o legado de Wedney de Oliveira siga inspirando as futuras gerações. Era jovem ainda, estava com 51 anos de idade, e faleceu depois de uma luta contra o câncer. Ele tem uma história importante na Polícia Civil, no trabalho como perito, e como professor. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Paulo Duarte, eu quero homenagear o senhor pelo Dia do Fiscal Tributário Estadual, comemorado hoje. Parabéns ao senhor e a todos os colegas que prestam à sociedade esse serviço com eficiência e

qualidade. O trabalho de vocês foi destaque no evento do qual tivemos a honra de participar. A atuação de vocês faz com que o Estado entregue à sociedade como um todo bons resultados. Muito obrigado, presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria apenas de pedir ao deputado Caravina que me permita assinar com ele a moção endereçada aos policiais civis que atuaram no acidente aéreo ocorrido no Pantanal.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK. O autor já permitiu, deputado. Dê sequência, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos aqui presentes! Eu venho apresentar duas moções de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à estudante Eloize Cáceres Duarte, em razão de sua integração à comitiva de doze jovens que representarão os biomas brasileiros na COP 30, na cidade de Belém do Pará. Nascida e criada em Corumbá, Capital do Pantanal, Eloize cresceu entre as histórias do pai, Robson Duarte (pescador e apaixonado pelo rio Paraguai), e os livros da mãe, Eronildes, grande educadora. Oriunda de escola pública, foi no ensino médio que ela despertou para as questões ambientais, participou de feiras de ciências e se destacou em iniciação científica ainda nessa fase. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Rodrigo de Souza Falcon, diretor-presidente do Sindicato dos Fiscais Tributários do Estado de Mato Grosso do Sul, extensiva aos demais fiscais tributários do estado, pelo Dia do Fiscal Tributário, celebrado hoje, dia 30 de setembro, que também é o Dia da Secretária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados e todos que acompanham a nossa Sessão, bom dia! Eu vim apresentar um projeto de lei e uma indicação. Projeto de lei que declara de utilidade pública a Fundação Educativa de Comunicação de Nova Andradina, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Júlio Maia, 30 de setembro de 2025. Assina o deputado Junior Mochi." Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Fernando Luiz do Nascimento, diretor-

presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, solicitando a doação de uma roçadeira, a fim de atender às demandas dos agricultores familiares da colônia São Romão e das localidades adjacentes, no município de Coxim. A presente solicitação fundamenta-se nos anseios da comunidade local, que encaminhou o pedido oficial ao nosso gabinete, conforme cópia em anexo. Era isto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados e público que nos assiste! Em primeiro lugar, quero fazer um registro: nós devemos celebrar, de fato, a revogação do decreto extremamente cruel que foi publicado pela prefeita Adriane Lopes e que cortava os salários dos professores de Campo Grande. O decreto reflete um erro administrativo, uma covardia, uma tentativa de humilhar os professores, afinal, retirava direitos duramente conquistados pela categoria. Ora, não faz sentido algum achar que a solução para Campo Grande seria justamente retirar o adicional de qualificação dos professores que fizeram especialização, mestrado ou doutorado. Quem fez mestrado ou doutorado sabe quão difícil é. Agora a prefeita emite um decreto, fala em ajuste fiscal, e corta o salário dos professores. Ela deve procurar 'economizar' em outras áreas, inclusive ao seu redor. Então, parabéns aos professores! Parabéns aos servidores públicos que lutaram pela revogação do decreto que tão covardemente foi imposto à categoria. Senhor presidente, eu trouxe também um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Floriza de Souza Rodrigues Corrêa, pelo seu falecimento, ocorrido ontem, aqui em Campo Grande. Floriza foi uma mulher guerreira, cuja vida sempre foi guiada pelo amor à família e pela dedicação aos que amava. Desde jovem, ajudou a cuidar dos irmãos, sendo exemplo de responsabilidade e carinho. Como mãe, foi presente constante, oferecendo aos filhos não apenas cuidado, mas valores que moldaram suas vidas, como amor, dignidade e respeito. Sua história é marcada pela força, pela generosidade e pela capacidade de se doar inteiramente àqueles que estavam ao seu lado. Sua partida deixa saudades imensas, mas deixa também o legado de uma vida vivida com amor e dedicação, que será sempre lembrado e honrado por sua família e amigos. Enviamos nossos pesares, nosso fraterno abraço aos familiares e amigos, desejando que Deus os conforte neste momento doloroso. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: dois projetos de resolução (Prot. nºs 03765/2025, 3685/2025). De autoria do deputado Coronel David: cinco indicações (Prot. nºs 3741/2025, 3740/2025, 3739/2025, 3703/2025, 03702/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 3742/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 03721/2025). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 3758/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 03686/2025, 3693/2025). De autoria do deputado Caravina: uma moção de pesar (Prot. nº

03727/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 03726/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 03680/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 3734/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 3705/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 03744/2025, 3743/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 3768/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: quatro projetos de resolução (Prot. nºs 3720/2025, 3704/2025, 3711/2025, 3697/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 3752/2025, 3750/2025, 3751/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 3754/2025, 03755/2025, 03757/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 03753/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 03701/2025); quatro projetos de resolução (Prot. nºs 3690/2025, 03689/2025, 3688/2025, 3687/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: um requerimento (Prot. nº 03729/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 3682/2025, 3681/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03735/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 03723/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 3764/2025, 03763/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de resolução (Prot. nºs 3698/2025); um projeto de lei (Prot. nº 3694/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03760/2025, 3759/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: uma moção de congratulação (Prot. nº 3706/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 3746/2025, 3745/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 03756/2025); dois projetos de resolução (Prot. nºs 3700/2025, 3699/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu dirijo-me aos colegas deputados presentes nesta Sessão, bem como aos que participam de forma remota, entre eles o deputado Paulo Corrêa e o deputado Pedro Kemp, integrantes da Mesa Diretora, para fazer um apelo. Eu tenho ainda um pouco mais de um ano de mandato nesta Casa, e confesso que trago certa frustração. Apesar de termos muitas iniciativas voltadas às pessoas com deficiência, deparo-me com notícias preocupantes, como a publicada pelo Campo Grande News: "Mães dizem que filhos autistas ficam meses sem estudar por falta de assistentes". No texto, há relatos de que escolas solicitaram que os alunos não comparecessem às aulas devido à ausência de professores auxiliares. Essa situação não ocorre apenas na rede municipal, ocorre também na estadual e, inclusive, em instituições particulares. Nós estamos aqui para garantir direitos. Essas famílias precisam da atenção desta Casa. Lembro-me, em conversa recente com o deputado Zeca, de quando ele, enquanto governador, destinava à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul um percentual do orçamento do Estado (2%, se não me engano) para assegurar suas demandas. Eu tenho insistido na criação de uma comissão que permita ao Governo do Estado olhar com mais sensibilidade para esta causa e reservar parte de seu orçamento às pessoas com deficiência, especialmente às famílias atípicas, que tanto necessitam de apoio. Infelizmente, isso ainda não acontece. Por isso, faço aqui um apelo: que nós parlamentares nos unamos em prol de ações efetivas, capazes de transformar a vida dessas famílias. Nosso sistema educacional não está preparado para o crescente número de alunos atípicos. Nosso sistema de saúde também carece de estrutura.



Precisamos agir de forma concreta. Resta-me ainda cerca de um ano e meio de mandato, e quero dedicar esse tempo a lutar por essa mudança. Peço a colaboração de todos nesta causa. Se esta Casa não promover reuniões e deliberações específicas sobre o tema, correremos o risco de permanecer inertes diante de uma urgência que exige resposta imediata. Somente quem convive com essas famílias compreende o desespero vivido por essas mães. Vim hoje para reforçar este apelo: senhores deputados, unamo-nos e trabalhemos para que o governo estadual destine orçamento específico e adequado, garantindo atendimento digno tanto na área da saúde quanto na educação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor me concede um aparte, deputado?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Com prazer, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Neno Razuk, parabéns pelas palavras! Eu trabalhei durante seis anos na Educação Especial aqui do estado, atendi como psicólogo na rede pública alunos com deficiência, e naquela época nós tínhamos uma equipe bastante numerosa, que fazia um trabalho itinerante nas escolas, dando suporte aos professores, para eles atenderem os alunos com deficiência. Mas, depois, eu saí da Secretaria de Educação para assumir o cargo de vereador aqui em Campo Grande, e depois assumi o cargo de deputado. E eu tenho percebido que a quantidade de técnicos da Educação Especial está diminuindo nas escolas. Além do mais, a quantidade de professores auxiliares, aqueles que ficam junto com o professor titular da sala de aula para atender os alunos que necessitam de atendimento individualizado, especializado, também está reduzida. E o que nós percebemos nos últimos anos é um aumento da quantidade de matrículas de alunos com deficiência nas escolas, principalmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista. Inclusive, temos comentado muito que o número de crianças autistas aumentou, não se sabe se é porque hoje elas estão sendo diagnosticadas e laudadas corretamente. Mas o fato é que, no passado, não se via essa quantidade de alunos autistas nas escolas. Como esse número é bastante significativo, os professores de sala de aula, muitas vezes, não conseguem atender de forma adequada toda a turma, primeiro, porque eles não têm formação na área de educação especial, segundo, porque precisam atender uma turma de trinta, trinta e cinco alunos. Portanto, o suporte da equipe especializada é imprescindível. Se o aluno com deficiência não tiver acompanhamento especializado, ele acaba desistindo, ou a família o retira da escola, pois a criança fica discriminada em um canto, não tem atendimento adequado, e não consegue aprender. Diante disso, quero fazer um apelo ao Governo do Estado e às prefeituras, para que contratem professores auxiliares de Educação Especial e uma equipe de psicólogos e pedagogos, a fim de que esses profissionais acompanhem os alunos que necessitam. Acho que temos que levar o assunto à Secretaria de Educação, porque a situação está complicada. Parabéns, deputado!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — O senhor me concede um aparte?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Eu incorporo o seu aparte na íntegra ao meu pronunciamento. Pois não, deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Cumprimento, mais uma vez, Vossa Excelência pelo pronunciamento, pelo discurso corajoso e muito assertivo. De fato, a falta de professores da Educação Especial é um problema que vem acontecendo, e o caso se agravou nos últimos anos, sobretudo aqui em Campo Grande. A meu ver, quando o assunto é aluno autista ou aluno com Síndrome de Down, com paralisia cerebral, enfim, o problema não é apenas a insuficiente quantidade de professores, é também a qualidade dos profissionais escolhidos. É necessário designar professores com qualificação e treinamento específico, professores que tenham feito especialização na área. Não adianta colocar o Auxiliar de Educação Inclusiva (AEI), porque o AEI tem, geralmente, o ensino médio. Embora o AEI seja um profissional valoroso, ele não pode substituir o profissional que tem formação superior. Infelizmente, é frequente a escolha da administração de Campo Grande, na gestão da prefeita Adriane Lopes, por reduzir os investimentos na área da educação, o que resulta na precarização do ensino. Como consequência, observamos a desistência de milhares de alunos da educação inclusiva. Recentemente, presenciamos mais um exemplo que ilustra essa abordagem sobre a educação: o corte da gratificação dos docentes que haviam concluído especialização, mestrado e doutorado. Vejam que absurdo! O profissional da educação investe quatro anos para fazer doutorado, ou de dois a três anos para fazer mestrado — um esforço imenso em sua vida profissional —, para se preparar e prestar o melhor serviço ao aluno. No entanto, em vez de ser premiado com um adicional de míseros 10%, ele é penalizado com o corte. Diante disso, eu pergunto: que incentivo tem o profissional na Reme de Campo Grande para se qualificar? Qual argumento posso usar para motivar o professor? Como posso dizer a ele: faça especialização, faça mestrado, faça doutorado, torne-se um profissional melhor. Assim, você terá progressão, carreira, reconhecimento. Como? A verdade é que, se ele fizer todo esse esforço, tudo será cortado, e ele receberá o mesmo salário que recebem aqueles que não se qualificam. Eu me solidarizo com os pais e as mães atípicos que estão sofrendo, sobretudo aqui em Campo Grande, por conta da incompetência e dos erros administrativos da prefeita Adriane Lopes.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Obrigado, deputado Pedrossian. Eu incorporo a sua fala na íntegra. Agradeço a intervenção dos deputados. Antes de eu transferir o restante do tempo ao deputado João Henrique, senhor presidente, quero dizer novamente que estou frustrado. Peço a colaboração dos nobres pares com ações efetivas com relação ao Governo do Estado. Se o Governo não destinar parte do seu orçamento para assistência a essas famílias, não haverá mudança. Eu não estou falando mal de secretaria do estado ou do município, mas afirmo que se faz necessária uma intervenção desta Casa. Falta mais de um ano para o fim do meu mandato, e se não acontecer algo nesse período, meus oito anos como deputado estadual (período em fiz muitas ações efetivas em prol das famílias atípicas) terão sido uma grande frustração. De fato, eu vou ficar muito frustrado se não conseguir mudar esse cenário. Eu espero que o Governo seja obrigado a assegurar a essas famílias um percentual do seu orçamento, para que elas possam investir em tratamento de saúde e em educação. Apelo também ao governador



Eduardo Riedel, para que ele busque espontaneamente esse caminho, sem precisar que esta Casa o pressione. Agora, presidente, eu vou ceder o restante do meu tempo ao deputado João Henrique. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Eu concedo catorze minutos ao deputado João Henrique, no Grande Expediente...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu quero registrar e agradecer a presença da senhora Gláucia Vilani, presidente do Lions Campo Grande. Nós apresentamos aqui o projeto de lei que cria o Dia Estadual do Leonismo, a fim de homenagear as pessoas que, de forma voluntária, trabalham em ações benéficas, ajudando quem mais precisa; e ela veio acompanhar esse processo. Em nome da Gláucia, cumprimento todos os integrantes da Lions.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu também quero registrar e agradecer a presença do Lions. Eu fui do Lions. Vocês são muito bem-vindos nesta Casa. Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial os representantes, dirigentes e voluntários da Abecams, associação que tem se mostrado como uma grande instituição e um eficiente instrumento de fiscalização da qualidade das entregas da Cassems. E é muito importante ver o trabalho que a associação está fazendo, porque, muitas vezes, indevidamente, as pessoas dizem: "A Cassems é uma aberração jurídica, ela não é do Estado, ela não é privada." Só o Conselho Fiscal, os sindicalistas, as federações, as pessoas ligadas a eles há mais de trinta anos, só esses têm o poder de dizer 'não' a eles, se é que têm, porque recebem para isso. Ou seja, durante todo esse tempo em que o Ricardo Ayache está à frente da instituição, as pessoas nunca lhe disseram *não*, nunca o frearam, nunca cancelaram um contrato, nunca entraram em um hospital e disseram: "Olha, nós temos que mudar isso, temos que avaliar aquilo." Se o fizeram, não mostraram para os servidores públicos. Esses dias nós fizemos uma sustentação oral no Tribunal de Justiça, porque conseguimos suspender a Assembleia Geral da Cassems feita de maneira virtual. Eu fiz um levantamento, não fiz o levantamento da Assembleia Legislativa, mas enquanto o senhor Ricardo Ayache foi presidente da Cassems, mais de quatorze anos consecutivos, onze desembargadores presidiram o Tribunal de Justiça, alternando a direção e o comando, como se faz nesta Casa, enquanto lá reinava o senhor Ricardo Ayache. A grande questão, senhor presidente — como o próprio deputado Zeca do PT, logo no início do seu mandato, falou sobre ser favorável à alternância dentro da Cassems —, é que os serviços e o poderio

da diretoria já estão em xeque, já estão em conflito, já não se sabe mais o que é atividade médica, pessoa física, o que é de um e o que é de outro. Na verdade, tudo o que foi construído na instituição é do servidor público. O senhor Ricardo Ayache teve a coragem de ir às redes sociais, às redes sociais da própria Abecams (que eu acompanho, e eu printei a tela), dizer que a suspensão dos serviços de anestesia era uma invenção dos servidores, que era fake news. Fake News são contratos fraudulentos para comprar casa, terrenos, fazenda, rancho, aeronave; e desviar dinheiro do servidor público que está lá dentro. Isso sim é falso. Agora, dizer que nós, que tivemos conhecimento de uma notificação extrajudicial de uma empresa que está suspendendo o serviço por falta de pagamento, no dia 22 de setembro, assinada pela empresa... Quem é falso? A empresa, que está sem receber desde 2021? A Assembleia Legislativa, em 2023, deu recursos para compensar o déficit da Cassems, por conta de 2021, ano da pandemia. Ou o presidente da Cassems falta com a verdade ao dizer que as pessoas que estão cobrando melhorias no serviço de saúde oferecido pela Cassems... Vá fazer uma cirurgia lá, deputado Pedrossian Neto! Os médicos, os fornecedores dizem: "Nós temos dois milhões de reais em atraso. Pessoas de vários segmentos dizem isso. Há médicos que sempre atenderam, descredenciados; há empresas que sempre prestaram serviços, empresas do nosso estado, que devem ter preferência, descredenciadas ou não atendendo. Vejam! O presidente da Cassems veio somente no dia 25, somente hoje, dizer em sua mídia social, bem remunerada, eu não consigo entender por que se gasta tanto com publicidade na Cassems... Aliás, eu ainda quero entender o gasto de quarenta e cinco milhões de reais nos últimos anos com publicidade, como se a Cassems fosse o órgão governamental, campanhas institucionalizadas. Gastam cinco, seis, sete milhões por ano, e quantos servidores a mais entraram na Cassems? O que nós estamos vendo é o contrário. A mídia deles gasta cinco milhões para as pessoas começarem a sair da Cassems. Ou seja, a Cassems tem perdido associados. As pessoas estão fazendo a conta. Quando o servidor tem um salário mais alto, ele diz: Eu vou embora, porque isso aqui já não está mais me atendendo; compensa eu pagar o mesmo que já pago ou um pouquinho mais e começar a usar outro plano, um que esteja credenciando médico que me atenda, que faça cirurgia, que tenha um instituto de anestesia recebendo em dia. Que não me venham nas redes sociais dizer "que estratégia maravilhosa a do presidente da Cassems!". Ele aprendeu isso achando que é capaz de inibir alguma pessoa. Ele vê alguém fiscalizando, deputado Neno Razuk, deputado Pedrossian Neto, e pede: "Vamos levantar o que pode haver de prejuízo contra a reputação dessa pessoa!" Não tem nada a ver com o serviço da Cassems, não tem nada a ver com médico, não tem nada a ver com servidor. "Vamos ver o que pode ser usado para atacar a reputação de qualquer um que tenha coragem de dizer a verdade e cobrar." Pegam fatos e os distorcem para ver se inibem as pessoas. Olha, quanto mais jornais sem vergonha, porcaria, falam, tentam tripudiar sobre a minha reputação, mais motivado eu fico. Isso é o combustível que me move. Eu vi um número da Ucrânia enviar uma mensagem num grupo do qual participo dizendo que as pessoas viriam aqui na Assembleia Legislativa! Que medo é esse? Têm medo da gente discutir que o Servan fez uma notificação extrajudicial dizendo: "O presidente é um estelionatário e caloteiro que não paga desde 2021. Nós vamos parar!" E o que faz o presidente? Ele diz: "Não. Isso é fake news!" No dia 25, a Servan emitiu nota dizendo que estava em adimplência. Isso porque nós cobramos, presidente! Se eles emitiram a nota, foi



porque o senhor ficou acovardado, com medo dos servidores que estão vindo aqui, que estão cobrando a sua gestão, não só sobre anestesia, eles estão vendo que o senhor faz na hemodinâmica, na oncologia, com as crianças, na pediatria, nas filas, no atendimento, senhor Ricardo Ayache. O senhor está com medo! O senhor não vai inibir essa sensação, esse sentimento de indignação das pessoas que estão vendo o que está acontecendo na Cassems, as negociatas, as pessoas ficando ricas, as pessoas sem nenhum tipo de pudor se associando, fazendo contratos e tirando o recurso público. E quando diz que não é recurso público do Estado de Mato Grosso do Sul, me indigna muito, porque o Estado se propôs a pagar 5,25 no lugar do servidor... Isso é recurso público, porque sai do Tesouro. Somente em 2024, o Estado pagou para a Cassems quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais. Isso sem contar os oitocentos milhões descontados direto na folha do servidor. Então, esses quatrocentos e setenta e cinco milhões que o Estado se propôs a pagar são recursos públicos. Veja, deputado Pedrossian Neto! Muitas vezes, pessoas dizem: "Ah, a Santa Casa atende mal, ela coloca pessoas no corredor, não tem mais leito, não tem vaga! Mas, no interior, quando a coisa é de alta complexidade, e até os médicos da Capital dizem isso, se eu tiver alguma complexidade — desminta-me, deputado Pedrossian Neto, se eu estiver errado —, leve-me à Santa Casa. Essa é a opinião dos maiores cirurgiões da Capital e do interior. Essa situação, deputado Neno Razuk, me faz lembrar de uma passagem: é como se um parente viesse do interior para uma festa na Capital e fosse recebido por você em sua humilde casa, de dois cômodos. Por ter uma obrigação moral e um grande coração, você o acolhe. Ele aproveita a festa, mas, ao sair de sua casa, que é modesta, ele a critica. É exatamente isso o que acontece com a Santa Casa. Ela acolhe pessoas de fora, com alta complexidade, mesmo com limitação de leitos — cerca de setecentos. Recebe do Estado de Mato Grosso do Sul, aproximadamente, nove milhões de reais por mês, totalizando cerca de cento e oito milhões por ano, para manter setecentos leitos. Em contrapartida, a Cassems, com os mesmos setecentos leitos em todo o estado, recebeu, segundo o último empenho, quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais, operando com inadimplência zero. Devemos, portanto, avaliar como está sendo feita a gestão da Cassems, que se transformou em um plano de saúde. Devemos, também, analisar os lucros dos planos de saúde privados, que, ao serem auditados pelo Superior Tribunal de Justiça, demonstraram que nunca lucraram tanto. A Cassems, embora não seja um plano de saúde privado, ela goza de privilégios em relação aos planos privados. Por exemplo, ela não tem problemas com inadimplência, pois o valor é descontado pontualmente da folha dos servidores todo mês. Algo de errado está acontecendo quando médicos associados, próximos à diretoria, e pessoas que têm contratos, declaram o seguinte: "Olha, eu tenho um contrato bom com a Cassems, mas não sou médico ainda, sou dentista. Vou me tornar médico, porque todos os médicos próximos da diretoria estão milionários." Chega! A Cassems não aguenta mais! São vocês, cidadãos de todo o estado, que demonstram a necessidade de abrirmos essa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para examinarmos os contratos da Cassems e comprovarmos que a queda na qualidade, o descredenciamento e a falta de pagamento ocorrem porque há muitas coisas erradas lá dentro, coisas envolvendo o nosso dinheiro, recurso público. Vocês são as peças transformadoras. Agradeço, portanto, a presença numerosa dos servidores aqui, mas eles atuam com maior qualidade e força nas redes sociais, dizendo: "Basta!". É preciso,



imediatamente, levar os princípios da Administração Pública: moralidade, eficiência e justiça para dentro daquela instituição por meio da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É esse o nome que não os deixam dormir! Contem com este parlamentar!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, por gentileza.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu estou inscrito, tenho mais tempo. Verifica o meu tempo. O deputado Neno Razuk me cedeu o tempo dele, mas eu também estou inscrito.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Depois do deputado Neno Razuk é o deputado Pedro Kemp. O tempo de Vossa Excelência terminou.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu usei o tempo do deputado Neno Razuk, ele trocou comigo. O deputado Pedro Kemp vai falar? Se ele não for falar, eu gostaria usar o tempo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mesmo que não, o tempo de Vossa Excelência acabou.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu estou inscrito, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, o senhor está inscrito, mas há cinco deputados à sua frente. Portanto, o senhor tem de concluir; a menos que outra pessoa lhe ceda um tempo. Eu não posso. Eu tenho que cumprir o Regimento aqui.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não. Eu vou concluir o tempo que o deputado Neno Razuk me concedeu e aguardar para ver se outro parlamentar pode me conceder mais algum tempo. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Arlindo Landolfo Filho, prefeito do município de Terenos; do senhor Valdinei Figueiredo, vice-presidente da Associação dos Empregados Beneficiários da Cassems; do senhor Geder Fabiano, presidente da Associação dos Beneficiários da Cassems; do senhor Evair Nogueira, professor e vereador no município de Costa Rica; do senhor Ailton Martins de Amorim, vereador no município de Costa Rica; do senhor Francisco Azambuja, presidente do Lions Clube de Campo Grande; da senhora Vera Lúcia Amorim, governadora do distrito LB1 do Lions Internacional. Senhoras e senhores, nós estivemos na COP 30 Pantanal, em um debate muito importante, com a presença de embaixadores, do governador do Espírito Santo, do governador de Mato Grosso do Sul e de representantes do Ministério do Meio Ambiente, que abordaram a participação do Pantanal na COP



30 deste ano, em Belém do Pará. Continuamos no Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu inverti meu tempo com o deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, o deputado professor Rinaldo. Vossa excelência dispõe de vinte e oito minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, público que nos prestigia e servidores aqui presentes! Eu inicio meu pronunciamento parabenizando as secretárias e secretários, porque hoje comemoramos a Lei nº 6.193/2024, de nossa autoria. Eu sei que aqueles que estão à frente do nosso trabalho na recepção, atendendo as pessoas, merecem toda a nossa gratidão e respeito. Eu quero também agradecer a presença do prefeito Arlindo, de Terenos, que visitou o nosso gabinete, e desejar boa sorte neste período. Que Deus o abençoe à frente de Terenos. Torcemos para que a população alcance seus desejos e tenha seus direitos assegurados. Manifestamos nosso apoio e votos de sucesso à administração do Arlindo. Senhor presidente, nós ouvimos o deputado Neno discorrer sobre a inclusão das crianças com deficiência e sobre os desafios existentes na educação. As estatísticas do Censo 2022 do Brasil, que tenho aqui, identificaram dois milhões e quatrocentos mil crianças diagnosticadas com autismo. Essa condição aumenta a cada dia. Antes, dizia-se que a cada cem crianças, uma nascia com autismo. Com o passar do tempo, a última estatística aponta que, a cada trinta e uma crianças, uma nasce com Espectro Autista. Sabemos da dificuldade que enfrentamos em todo o Brasil com relação às diversas deficiências que surgem. No entanto, não podemos deixar de ressaltar um ponto importante: Mato Grosso do Sul, a despeito das dificuldades, é referência no que diz respeito à Educação Especial. Basta analisarmos as crianças da escola pública. Por meio de uma lei de nossa autoria, criamos o Cefor - Centro de Formação Marilene Bittar, cujo objetivo é qualificar professores para atuarem com alunos com necessidades especiais. E é natural que seja preciso que nós estejamos cada vez mais investindo nesta área, pois o número de crianças nascendo com Espectro Autista aumenta de forma considerável a cada dia. Eu, por exemplo, tenho dois primos autistas. É fundamental que o Estado dê atenção a esses índices. Mas, falando em educação, deputado Neno Razuk, sabemos que o nosso país não tem como progredir nem se desenvolver sem investimento na área. Ficamos satisfeitos em saber que o nosso estado, atualmente, paga o maior salário do Brasil para os professores concursados, com uma diferença significativa em relação ao segundo colocado. Eu visitei a presidente da Comissão de Educação, a deputada do PT de Santa Catarina, Luciane, que criou o Fórum Nacional dos Presidentes das Comissões de Educação, para que não fiquemos apenas dependendo do Plano Nacional que se avizinha no Congresso Nacional, apenas com a participação da Câmara e do Senado. O objetivo é que nós deputados de todas as Assembleias Legislativas também tenhamos a possibilidade de opinar. Ela criou este Fórum Nacional, e teremos um evento em Fortaleza no início de dezembro. Quando eu disse a ela o valor do salário de um professor concursado em nosso estado, ela ficou surpresa, porque é praticamente o dobro

do que se ganha lá. Sabemos que existe a questão do professor convocado, que tem uma diferença salarial considerável, e estamos na expectativa de que, em um futuro próximo, alcancemos a concretização desta simetria salarial. Esse é o nosso sonho. Mas quero dizer que, ontem, fiquei, de certa forma, feliz pelo fato de a educação de Campo Grande não ter sido penalizada como estava previsto através do decreto. Quero até dizer que ficamos felizes porque os professores convocados da nossa cidade teriam uma perda no que diz respeito à diminuição do seu salário, pois as gratificações, através do decreto que a prefeita Adriane Lopes havia emitido, iriam penalizá-los de forma considerável. A ACP, juntamente com a Câmara de Vereadores, teve uma conversa longa com o Executivo Municipal, que acabou revogando o decreto. E eu, como professor, fui convocado, fico feliz porque, a despeito de todas as dificuldades, houve um consenso, e a gente agradecemos...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor me concede um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Parabéns pelo excelente pronunciamento! Vossa Excelência fez referência aos professores convocados do nosso estado. Eu quero lembrar que o governo Riedel tem uma dívida a saldar com esses profissionais. Essa foi uma discussão que fizemos com ele durante a campanha eleitoral, e ele assumiu o compromisso de fazer a recuperação salarial desses professores, no sentido de equiparar o salário dos professores convocados ao dos efetivos. Nós já estamos praticamente entrando no último ano do governo, e eu quero registrar que o salário do professor convocado no Estado é hoje 61% do salário dos professores efetivos. O Estado tem de pagar essa dívida até o fim do ano que vem. É uma injustiça muito grande o que está acontecendo, pois os efetivos e os convocados realizam a mesma função, e recebem salários diferentes. O Estado precisa corrigir isso. Semana passada, eu estive, deputados, em uma escola em Bela Vista, fui entregar uma emenda parlamentar, e a diretora me disse que lá 80% dos professores da escola são convocados. Vejam bem! Hoje, mais da metade dos professores da rede estadual é composta por professores convocados. Outra coisa importante que vale ressaltar: nós precisamos pedir para o Governo agilizar um concurso público, porque senão vai aumentar cada vez mais o número de professores contratados, que recebem esse salário reduzido. Eu penso que, neste mês de outubro, dedicado ao Dia do Professor, precisamos cobrar do Governo do Estado, primeiramente, a recuperação salarial dos professores convocados; em segundo lugar, a realização de concurso público, para que esses profissionais tenham um salário digno e direito à carreira. Essa é uma questão que merece atenção e ação efetiva. Felicito a luta dos professores de Campo Grande, que conseguiram reverter o decreto da prefeita, que cortava gratificações de quem possui pós-graduação, mestrado e doutorado. Trata-se de uma vitória significativa dos professores. Parabéns pela iniciativa, deputado!

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Esta dívida realmente foi assumida pelo Governo, e estamos na expectativa

de que ele tenha condições de promover a isonomia salarial. Sabemos que não é fácil, mas é injusto que um professor com mestrado ou doutorado — inclusive eu conheço um que concluiu o doutorado na USP — esteja sob as mesmas condições de carga horária e disciplina que um colega com formação inferior, enfrentando defasagem salarial. Essa não é uma situação nova. Minha mãe, por exemplo, se aposentou na época em que nem existia concurso público para professores, a maioria deles eram nomeados. A consolidação do concurso no Brasil ocorreu, de forma mais abrangente, a partir de 1988, e o problema se repete em todo o país. Em uma conversa que tive com a deputada Luciane, presidente da Comissão de Educação de Santa Catarina, ela relatou que existe situação similar no seu estado, embora com nomenclatura diferente. Ou seja, muitos professores convocados enfrentam a mesma dificuldade, em todos os estados da Federação. Temos cerca de 25 mil profissionais da educação, com predominância de convocados. Outra questão envolve o acúmulo de carga horária: um professor pode ter 20 horas como concursado e 20 horas como convocado, o que gera impacto direto, inclusive, no Imposto de Renda. Portanto, esperamos que o Governo disponha de saúde financeira para garantir, no curto prazo, a simetria salarial, beneficiando todos os professores. Quero, senhor presidente, registrar que os professores de Campo Grande foram corajosos e conseguiram reverter a situação. Ontem, eu visitei seis escolas, prática que costumo manter, e percebi a indignação dos professores. Não é possível subtrair salário de quem desempenha a nobre missão de educar e formar cidadãos. A perda de gratificações para mestres e doutores seria considerável, e a reversão representa uma vitória justa para os convocados. Encerrando, desejo que, um dia, o nosso país coloque efetivamente a educação em posição de destaque. Como sempre digo, de forma reiterada, Monteiro Lobato dizia: "Um país se desenvolve com homens e livros". Nosso país, apesar de estar entre as dez maiores economias mundiais, nunca priorizou a educação, e os retrocessos recentes comprovam essa realidade. Em 2025, ainda vemos milhões de brasileiros sem acesso a direitos básicos. Segundo o IBGE, 30 milhões de pessoas não têm água potável, isso em um país continental e rico em recursos naturais. A meu ver, não existe interesse em permitir que as pessoas sejam educadas, pois um ser humano consciente de seus deveres e direitos terá maior probabilidade de não ser usado nem iludido por ninguém. Essa é a realidade do nosso país. Eu não culpo o governo A ou B, porque o problema é um processo histórico-cultural. Por isso é que ouvíamos desde crianças dos nossos avós: "É melhor prevenir do que remediar". E isso vale até os dias de hoje. Não se investe em prevenção. Eu reconheço a iniciativa do governador Reinaldo, à época, que permitiu, em uma parceria público-privada, a possibilidade de termos a universalização do tratamento de esgoto até 2027. Isso é investir em prevenção. E, muitas vezes, as pessoas não percebem porque esse recurso está debaixo da terra. Culturalmente, o Brasil tende a valorizar a obra que se pode ver, e, em decorrência disso, pagamos um alto preço no que tange a consequências. Não é só no que diz respeito ao tratamento de esgoto, é em todas as áreas de preservação. Por que isso acontece? Porque nunca se colocou a educação em primeiro lugar. Um povo educado, um povo consciente, fará parte de uma nação forte, fará parte de uma sociedade que tem condições de viver melhor. Então, eu quero, aqui, mais uma vez, agradecer a todos que estão nos acompanhando e ressaltar a luta dos professores convocados que conseguiram

a reversão do decreto da prefeita Adriane Lopes. Senhor presidente, era o que tinha. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para fazer um registro. Ontem, ocorreu, de novo, um acidente de grandes proporções na BR-163, no anel viário de Campo Grande: uma colisão frontal entre duas carretas que deixou um morto e um gravemente ferido. É importante salientar: amanhã eu vou apresentar a esta Casa uma moção. A própria Motiva, na confluência entre a avenida Guaicurus e o anel viário, fez um afundamento: retiraram todo o material da pista lateral, provavelmente para fazer o viaduto, porém, sem colocar nenhuma sinalização. Não tem sinalização nenhuma. Eu digo isso porque passei por lá ontem e, inclusive, peguei o trânsito mais lento, devido ao acidente que ocorreu. Eu entendo que a empresa voltou a operar, há maquinário trabalhando. Não estou reclamando do serviço que tem que ser feito, principalmente se for feita uma passagem de nível para que haja um fluxo melhor, sem nenhum acidente. Mas, enfim, precisa sinalizar e fazer uma comunicação prévia para evitar acidentes de grandes proporções como o que ocorreu ontem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado Caravina. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de doze minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, eu venho aqui com certa indignação, e não poderia deixar passar para amanhã o que tenho a dizer, porque acredito que, quando as atribuições da Assembleia Legislativa são usurpadas, nós temos que denunciar, temos que requisitar, em sua plenitude, na primeira oportunidade, o que aprendi no Direito: ele não socorre os que dormem e precluem. A verdade é que, em uma atividade como esta, é impossível haver preclusão. O governador do estado, Eduardo Riedel, criou o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado (Cira). Isso para arrecadar. Está precisando. Mas a grande questão é que ele colocou à mesa o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, sua procuradoria, e seus secretários, com a intenção — e o decreto visa a isso — de combater a sonegação e a lavagem de dinheiro no Estado de Mato Grosso do Sul. Eu acho que isso tem que começar de dentro do governo para fora, não de fora para dentro. Mas, independentemente do eu penso, deputado Zeca do PT e deputado Pedrossian Neto, o governador decretou e utilizou como fundamento o artigo 89, inciso VII, da Constituição Estadual, para criar o comitê. O artigo diz o seguinte: "É competência do governador decretar." Mas não está escrito que é competência do governador decretar e usurpar funções de cada Poder. O artigo 2º da Constituição Estadual diz: "É vedado, a qualquer dos Poderes, delegar as atribuições". Nós aprendemos que, todas as vezes que os

parlamentares saem em campanha, compete à Assembleia Legislativa fiscalizar os contratos, os desvios, a corrupção, e fazer as leis, principalmente as leis de elisão e prática de sonegação e fraude fiscal. Deputado Zeca do PT, nós sabemos o grande esquema que opera, infelizmente, dentro da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul: mais de onze bilhões de benefícios fiscais concedidos sem saber a quem. Eu acho que se houvesse transparência, o melhor resultado de recuperação de ativos viria diretamente da mão do próprio governador. Agora, veja, deputado Zeca do PT: o governador senta à mesa com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para investigar e recuperar ativos que acredita serem provenientes de sonegação e lavagem de dinheiro. Pelo amor de Deus! Vejam as prefeituras que o governador apoiou e elegeu, os esquemas dentro das secretarias, os operadores! Acho que nós vamos ter que vir aqui na tribuna e começar a dizer o nome daquele que carrega a pasta em tal órgão, no outro, e no outro. É só fazer o seguinte: crie um comitê na porta das secretarias e observe quem entra com uma mochila, quando poderia entrar apenas com um pendrive. Acho que a maior recuperação de recursos já viria daí. Agora, o que nos indigna, deputado Professor Rinaldo, é que o governador criou um comitê denominado Cira (artigo 2º), e colocou o secretário de Estado de Fazenda, o superintendente de Administração Tributária, o procurador-geral, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e só. Não faltou alguém? E a Assembleia Legislativa, que é o órgão responsável por fiscalizar e legislar? Ora, será que nós não estamos servindo para nada? É um comitê de debate que vai discutir como recuperar crédito, é sonegação e lavagem. "Deixe a Assembleia Legislativa para lá, nem vamos escutar a Assembleia." E veja o que fará o comitê: "Os integrantes do Cira poderão submeter atos ou fatos que configurem indícios de fraude fiscal, com possível cometimento de crime contra a ordem tributária, ou as evidências de elevado potencial de lesividade ao erário, à Secretaria de Estado de Fazenda". Isso aqui é piada! Artigo 6º - "O compartilhamento de dados sigilosos entre órgãos e instituições que compõem o Cira obedecerá normas legais existentes, caso aplicável, além de ser precedido, quando a legislação determinar, de autorização judicial." Isso sem a Assembleia! Ora, a função do governador do estado é executar as leis, a sua função essencial não é criá-las. Nós que criamos as leis. Nós deveríamos ter um assento à mesa de discussões. Mas o governador, ao editar o decreto, simplesmente não se importou com a opinião da Assembleia, e, institucionalmente, deixou de colocá-la para fiscalizar, para contribuir, para compartilhar informações, propor leis. Não! Mas o governador, depois de ouvir todo mundo e entender a situação fiscal, sigilosa, que nós não podemos conhecer, passará a propor as leis que quiser, com as informações que o comitê obtiver. E nós teremos a oportunidade de discutir isso depois, sem participar do comitê. Em primeiro lugar, excede as funções do governador colocar membros natos de outros Poderes sem que haja uma lei prévia que institua ou crie um conselho e determine essa reunião. Depois, por falta de respeito, e por outro vício, não incluir a Assembleia Legislativa é usurpação de competência. Que absurdo é esse? E vejam como funcionará esse comitê! O Cira elaborará um Regimento Interno com base no decreto do governador, que criou uma coisa sem autorização da nossa Constituição Estadual, apenas no poder de decreto. Então, ele cria um órgão para a elaboração de seu Regimento Interno, fixando as normas — que são regras, são leis — de seu funcionamento, e o aprovará por deliberação interna, nesse grupo, sem participação do órgão que legisla e fiscaliza. E, para piorar, no

parágrafo único consta que o Regimento Interno do comitê será publicado por ato do secretário de Estado do Governo. O artigo 63, inciso VII, da nossa Casa Leis, delega a nós a competência de sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa. Portanto, estamos propondo, neste momento, um projeto de decreto legislativo suspendendo esse decreto do governador. O artigo 63, no inciso XVI, diz: "Compete à Assembleia autorizar operações externas de natureza financeira." Já o artigo 21 menciona a aprovação das convenções e ajustes de que o Estado — ou seja, toda essa estrutura, Ministério Público, Tribunal de Justiça, secretários — seja parte e deve ratificar aqueles que, por motivo de urgência e no interesse público, forem efetivados sem prévia aprovação — o que não é o caso. E o artigo 2º ainda diz, em simetria com a Constituição Federal, que é proibida a delegação de competência dos Poderes. Então, mesmo que seja um conselho, um comitê, um órgão facultativo, é preciso que esta Casa entenda que haverá o compartilhamento de informações sigilosas para inibir a prática de atos... Nós sabemos que a simples transparência daqueles que recebem benefício fiscal já resultaria em um resultado prático muito mais eficaz do que a criação de qualquer comitê. Digo isso porque nós temos uma jurisprudência interna nesta Casa, deputado Zeca do PT! Quando foi criada, deputado Pedrossian Neto, a comissão que investigou incentivos fiscais de uma única empresa, foi a única vez, deputado presidente Gerson Claro, que uma empresa, por sonegação de recursos, teve que devolver dinheiro ao Estado de Mato Grosso do Sul. Foi um trabalho desta Casa! Não foi um trabalho dos governadores, não foi um trabalho do secretário de Estado de Fazenda! Quer devolver dinheiro de sonegação e lavagem de dinheiro? Esta Casa tem um resultado prático: até hoje a JBS está devolvendo recurso para o Estado. Isso porque esta Casa investigou uma única empresa. Então, não me venha criar um comitê interinstitucional achando que a Assembleia Legislativa vai ser "a casa da mãe Joana" e não vai querer o compartilhamento de informações com as comissões desta Casa, com a participação dos deputados, ainda que não seja de um deputado de oposição. Eu acho que é um dever. E não aceitarei o extrapolamento das obrigações legais esculpidas nas Constituições Federal, Estadual, e nas nossas leis. Não permito! Então, que o governador Eduardo Riedel reúna o seu *grupelho*, estude a Constituição do Estado e respeite esta Casa e os resultados práticos! Quem recuperou recurso fruto de sonegação, de desvio, de incentivo fiscal, na história deste estado, foi este Poder Legislativo. Então, respeite-nos! Obrigado, presidente.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela liderança. É impressionante um deputado subir à tribuna para falar contra um ato do governador Eduardo Riedel feito junto com o Judiciário justamente para coibir o crime de lavagem de dinheiro e de sonegação. Mais espanto causa ainda é a fala de um deputado propondo um projeto de decreto legislativo para sustar o decreto do governador que cria um órgão de combate ao crime. Não há dúvida de que esse decreto é bem-vindo; não há dúvida de que esse comitê



é um avanço em termos de política pública; não há dúvida de que é difícil combater o crime de lavagem de dinheiro, porque fazê-lo exige inteligência, ações institucionais, precisa ser feito sob sigilo. Portanto, o governador acerta, vai na linha correta. Quero parabenizar o governador e dizer que ele tem o apoio desta Casa Legislativa. Eu tenho certeza de que a maioria dos deputados aqui presentes não abre mão da sua prerrogativa de fiscalização e, na verdade, se soma a essa iniciativa do Governo. Parabéns ao governador Eduardo Riedell! Nós teremos um avanço decisivo contra a corrupção, contra a lavagem de dinheiro e contra a sonegação fiscal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Wellington Guimarães, prefeito do município de Alcínópolis; do senhor Ademir Luiz Miller, vereador do município de Alcínópolis; da senhora Rosângela Marçal, vereadora do município de Costa Rica; da senhora Gláucia Milani, presidente do Lions Clube Internacional. Sejam bem-vindos à Casa da Democracia! Encerrado o Grande Expediente... Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu preciso fazer um registro, a pedido da minha irmã. Ela passou por um problema de saúde muito sério, deputado Zeca, ela teve diverticulite e precisou de um atendimento emergencial. Ela foi para o Hospital da Cassems, senhor presidente, de manhã, passando muito mal, e no final da tarde ela estava sendo operada. Depois, ela ficou quinze dias se restabelecendo, e está bem. Então, ela pediu para eu registrar aqui a qualidade do atendimento no Hospital da Cassems. É um atendimento de excelência. Ela agradece à Cassems pelo serviço de excelente qualidade prestado aos servidores públicos. Quero dizer que a gente que tem outro plano de saúde, muitas vezes, fica horas e horas esperando por um atendimento, ou então, quando vai marcar consulta com um especialista, fica dois ou três meses aguardando. Este é o registro que faço. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu posso dar um testemunho sobre isso. Minha mãe ficou internada na UTI. A família já estava achando que a velhinha, de oitenta anos, com a glicose a seiscentos, com uma bactéria que a dominou, enfim... E ela foi prontamente recuperada após quase quarenta e cinco dias de internação no hospital da Cassems. Por isso, nossa família presta homenagens aos médicos, aos enfermeiros, aos trabalhadores da Cassems. Eu faço esse registro também.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para me somar a Vossas Excelências. Na realidade, enquanto alguns fazem proselitismo político, buscando ganhos eleitorais em cima do trabalho sério realizado pelos profissionais da Cassems, nós recebemos, recentemente, uma notícia referente à qualidade dos serviços prestados pela



Cassemis. Diz o seguinte: 85% dos usuários avaliam os serviços como ótimo e bom. Portanto, quero dizer que esta Casa é a Casa da Política, não a Casa da Politicagem. Muito obrigado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu também quero fazer um registro. Semana passada, eu fui internado na Cassemis, e quero elogiar o serviço prestado pelas equipes. Eu fui atendido de maneira excepcional. A Cassemis é comparável — na verdade, superior — aos melhores hospitais do Brasil. Os profissionais que me atenderam são de alta qualidade, e o serviço da instituição é exemplar. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao senhor segundo-secretário que verifique o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há vinte e três deputados presentes. Portanto, há quórum para deliberação das matérias pautadas para hoje.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Temos os Itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6. As propostas tratam de títulos e comendas. Projetos de Resolução nºs 014, 037, 040, 059, 075 e 095/2025. Autores: deputados Gerson Claro, Paulo Corrêa, Caravina, Mara Caseiro, Coronel David e Lia Nogueira. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero apenas fazer um registro de ausência. Nesta manhã, a deputada Gleice Jane está acompanhando o ministro da Educação, Camilo Santana, em visita à cidade de Dourados. Está acontecendo o evento comemorativo aos vinte anos de fundação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É importante ressaltar que a UFGD foi criada pelo governo do presidente Lula. Quero destacar o que está acontecendo lá: "1 - Inauguração da reitoria no *campus* da Unidade 2 da Universidade Federal da Grande Dourados. Investimento de doze milhões de reais. 2 - Ordem de serviço para reforma das clínicas médica, cirúrgica, pediatria e psiquiatria, além da implantação da clínica de hemodiálise do Hospital Universitário de Dourados. Investimento de dezoito milhões de reais. 3 - Inauguração do prédio multiuso no campus de Três Lagoas. Investimento de sete milhões de reais." Presidente, também quero



registrar que, embora o Governo do Estado, prefeitos e vereadores, na maioria das vezes, não deem o devido crédito, o governo do presidente Lula já destinou a este estado: "trinta e nove ônibus, trinta e três creches, dezesseis escolas de tempo integral e, agora, mais dois *campi* do Instituto Federal nas cidades de Amambai e Paranaíba." É o governo Lula investindo no que foi motivo de debate nesta sessão: a educação, que é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projetos de Resolução nºs 014, 037, 040, 059, 075 e 095/2025, de autoria dos deputados Gerson Claro, Paulo Corrêa, Caravina, Mara Caseiro, Coronel David e Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Ausente.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não votou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Não votou.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor doutor Vicente Martins Prata Braga. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Santiago Peña Palácios. Inclusive, o presidente do Paraguai visitará o nosso estado na quinta e sexta-feira. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede a comenda ao senhor Cassiano Rojas Maia. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede a comenda à senhora Maria Imaculada Nogueira (deputada Lia Nogueira). Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede a comenda à senhora Patrícia Terumi Sakaue. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede a comenda à senhora Fernanda Maiara Cazuzza. Vai ao Expediente. Item 7. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 045/2025. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Institui a Comenda do Mérito Legislativo das Nações Amigas de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer



favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu emiti voto favorável ao projeto do deputado Roberto Hashioka, e como sei que ele está nos ouvindo, quero fazer o seguinte pedido humilde e respeitoso a ele: pelo amor de Deus, não conceda essa condecoração, esse título a quem, nos países vizinhos, defende a ditadura, como aqueles que tentaram implantar a ditadura aqui no Brasil. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00045/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não votou.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Ausente.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não votou.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não votou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Não votou.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 8. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 131/2025. Autor: deputado Coronel David. "Institui o Dia Estadual do Leonismo no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Quero agradecer a presença de todos que fazem parte do Lions Clube. Encerrada a discussão. Em votação.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o seu voto, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, quero parabenizar o meu colega deputado Coronel David pela iniciativa, reconhecendo a importância do Lions Clube, que realiza ações muito importantes, que faz uma luta global, que abraça algumas causas, como câncer infantil, diabetes, meio ambiente, fome, visão, juventude, esforços humanitários, socorro após catástrofes, saúde mental. Quero, também, cumprimentar os representantes do Lions: Vera Lúcia Amorim, governadora do Distrito LB1; Francisco Azambuja, presidente do Lions; José Pedroso, presidente do Lions Clube; Alcione Vilani, Maria Auxiliadora Dib, Zeni Bittencourt e Alaide de Sá, diretores do Lion; Dalva Sampaio, presidente do Lions Clube Campo Grande Norte. É só, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Primeiro, o deputado Coronel David, para declaração de voto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu também gostaria de justificar, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero também cumprimentar o deputado Coronel David pela instituição do Dia Estadual do Leonismo, em homenagem a essa importante organização. O Lions Clube International é uma das maiores organizações de clubes de serviço voluntário do mundo, com uma missão clara: servir às comunidades locais e promover causas humanitárias em escala global. A instituição foi fundada em 10 de outubro de 1917 por Melvin Jones, sendo, portanto, uma instituição que tem por finalidade prestar serviços a toda a sociedade nas mais variadas causas. Quero felicitar a nossa governadora, a doutora Vera Lúcia Amorim da Costa e Castro, minha amiga pessoal, e, em nome dela, estender os cumprimentos a todos os presidentes dos Lions Clubes aqui presentes, tanto de Campo Grande como do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao deputado Coronel David pela proposição da matéria, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Brevemente, senhor presidente. O Lions tem mais de cem anos, ajuda a salvar vidas, atua na área social. Merece todo louvor. Quero elogiar o meu colega deputado Coronel David. Quero



cumprimentar também o meu amigo Elieser, mais conhecido como Jacaré, pessoa queridíssima, muito conhecida aqui na cidade e no estado. Quem não conhece o Elieser e seus amigos do Jeep, que fazem um trabalho social, arrecadam roupas e alimentos para instituição não governamental. A gente só tem a agradecer. Era o que eu tinha. Voto sim. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, muito obrigado pela oportunidade. Como autor do projeto, agradeço de antemão as manifestações dos colegas deputados e peço-lhes, mais uma vez, o voto favorável. O Lions realiza um trabalho silencioso e voluntário, mas de extrema relevância. Ao propor a criação do Dia Estadual do Leonismo, visamos a três grandes objetivos: homenagear e valorizar publicamente esse serviço voluntário, ampliar a visibilidade das ações e dos projetos desenvolvidos pelo Lions Clube e incentivar o voluntariado, demonstrando seus benefícios à sociedade. É preciso que mais e mais pessoas se voluntariem para atender e trabalhar em prol dessa sociedade, que, cada vez mais, necessita de serviço qualificado. Em nome da presidente Gláucia Villany, do Lions Clube Campo Grande, quero saudar todos aqui presentes, incluindo o meu amigo Jacaré (Elieser), e reconhecer esse trabalho voluntário que eles prestam e que faz grande diferença na vida das pessoas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu não vou votar porque voto só em caso de empate, mas também quero fazer um registro sobre o Lions Clube. Na minha juventude, em Sidrolândia, fiz parte do Leo Clube, que trata de liderança, experiência e oportunidade. O trabalho do Lions, ao incentivar jovens a desenvolverem o espírito de liderança, de responsabilidade e de compromisso social, e ao criar oportunidades de crescimento, de convivência em grupo e de respeito, contribuiu com muitos dos valores que me trouxeram até aqui. Aprendi muito, por exemplo, trabalhando como garçom em festas de hospital, em festas de igreja e em eventos de Natal com crianças. Assim, considero que o trabalho do Lions Clube prepara e entrega aos jovens valores determinantes para o enfrentamento da vida. Parabéns, Lions Clube! Parabéns, deputado Coronel David!

Projeto de Lei nº 131/2025, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não votou.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Ausente.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não votou.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não votou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 9. Em primeira discussão e votação nominal. O deputado Zé Teixeira está presente? Ele está inscrito no virtual, mas nós precisamos que ele se manifeste... Vamos fazer a inversão. Item 10. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 211/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registros na sede da Comarca de Corumbá." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 211/2025, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não votou.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Ausente.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Não votou.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não votou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Mais uma chamada. O deputado Zé Teixeira está presente? Não. Item 9 retirado de pauta por ausência do autor. Item 11. Em discussão única e votação simbólica. "Dois requerimentos, trinta e uma indicações, uma moção de aplauso e duas moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 12. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Francisco Gomes. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do



senhor Cícero Vitoriano Alves. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Cícero Antônio de Souza. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS...**

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Só para fazer um convite aos deputados da Comissão de Saúde aos demais colegas. Hoje estaremos recebendo a Secretaria de Saúde, que vem no apresentar o relatório do quadrimestre de 2025. Então, hoje, a partir das 14 horas, teremos essa audiência pública aqui na Assembleia Legislativa. O evento é aberto ao povo e será transmitido pela TV e Rádio ALEMS. É importante que a população participe. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado a todos (11h27min).